

A APROPRIAÇÃO MERCADOLÓGICA DA NATUREZA NO ESPAÇO URBANO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Orientando: João Paulo Monte de Santana

Orientador: Alvaro Ferreira

Introdução

Na cidade do Rio de Janeiro, evidencia-se um uso diferenciado do solo urbano por parte de diversos agentes, cuja culminância dessas práticas sociais resultaria numa organização espacial peculiar e detentora de contradições e conflitos. Como um dos elementos dessa peculiaridade, temos a paisagem constituída de fragmentos florestais concernentes ao bioma Mata Atlântica, atrelado à especificidade físico-montanhosa.

É a partir desse contexto tanto social quanto ambiental que identificamos no espaço da cidade do Rio de Janeiro a apropriação social da natureza enquanto mercadoria (associado ao discurso de preservação); onde a prevalência do valor de troca sobre o valor de uso contribuí para o uso desigual do quadro físico-ecológico e para o discurso em benefício de determinados agentes e/ou grupos sociais dominantes (como o Estado, agentes imobiliários, etc.). Assim, a exclusão e a segregação espacial tornam-se expressões das desigualdades provenientes dos conflitos sociais e das contradições intrínsecas à sociedade atual sob a hegemonia de um desenvolvimento geográfico desigual.

Dessa maneira, os espaços das cidades são fragmentados e hierarquizados ao serem as cidades, através de seus gestores, impelidas por uma lógica desigual e deletéria de competição intercapitalista mundial a diferenciar-se em relação aos demais concorrentes, mesmo que isso resulte na reprodução das desigualdades sociais e espaciais. Nesse sentido, o espaço sofre um processo de igualização e desigualização, no qual a perspectiva mercadológica é dominante. Esse movimento, sob o prisma capitalista, é essencial para a perpetuação da acumulação de capital no espaço e no tempo, na medida em que depende para se realizar de condições favoráveis que variam enormemente de lugar para lugar, de cidade para cidade, ou seja, em cada lugar o estabelecimento da lógica capitalista vai depender da convergência entre o externo (sobretudo interesses econômicos-políticos) e o interno (condições sociais, econômicas, políticas, simbólicas propícias e vantajosas). Em outras palavras, significa clarificar dinâmicas globais e idiosincrasias “socioecológicas” locais em diálogo.

Objetivo

Neste trabalho pretende-se analisar o processo de mercadificação da natureza no espaço urbano geograficamente desigual da cidade do Rio de Janeiro; mais especificamente, a apropriação e a valorização da natureza como um recurso estratégico na concorrência interurbana e como esta condição reverbera nas interações intra-urbanas.

Desenvolvimento

O entrelaçamento entre a cidade, o urbano e a natureza no âmbito de uma sociedade capitalista

Inicialmente, propomos a seguinte distinção entre cidade e urbano: “a cidade, realidade presente, imediata, dado prático-sensível, arquitetônico – e por outro lado o 'urbano', realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento” [1]. Logo, para produção e reprodução do capital, as condições são criadas com esse objetivo, ou seja, a cidade, vista como a materialização das relações e práticas sociais, é assim construída para se tornar eficiente à circulação, produção e consumo de fluxos e

mercadorias. Enquanto o urbano, conectado a determinados sentimentos, valores, emoções e imaterializações, forneceria um significado, uma representação do que pode ser vivido [1]. O urbano, assim, tanto reuniria processos negativos de dispersão, de segregação, de concentração, quanto manifestar-se-ia como exigência do encontro, da reunião de todos os elementos da vida social [2].

A dinâmica pormenorizada nos esclarece que a cidade não é apenas o reflexo da sociedade, pois ela mesma é “um universo social, econômico e político; a cidade produz riquezas, produz e reproduz relações econômicas, políticas, culturais, etc. (...) Ela é também, um complexo de relações sociais – relações econômicas, mas também de relações de poder” [3]. Dessa forma, a cidade é ao mesmo tempo um produto e uma condição das estruturas sociais estabelecidas, que além de herdar as desigualdades da estrutura social, as aprofunda [3].

Assim, em meio as desigualdades herdadas e aprofundadas, as “relações de produção capitalistas dominam o espaço e se apropriam dele, passando a produzi-lo e a transformá-lo através do sentido do urbano” [4]. Tais “relações de produção capitalistas”, baseadas no princípio de desenvolvimento geográfico desigual, consistem em elevar à equivalência de mercadoria os espaços e tudo que está contido neles, ou seja, toda a sociedade, com o fito de mercantilizá-los de acordo com que cada um tem a oferecer momentaneamente, em termos de condições vantajosas (seja através da sua valorização ou da sua desvalorização), para a realização da acumulação de capital.

Nesse processo a natureza como recurso (matéria-prima) produtivo há tempos se constitui, no âmbito da industrialização e da urbanização, como essencial aos processos de/para transformações (re)direcionados à lógica capitalista de acumulação no espaço e no tempo. Diante disso, cabe compreendermos a importância de nossa “relação metabólica com a natureza” imbricada a processos particulares e universais, tal como, entender a acumulação do capital trabalhando através de processos ecossistêmicos, reformulando-os e alterando-os à medida que trabalha [5]. Sob esta perspectiva a cidade, expressão material da capacidade social de transformar, não deixa “de ser parte da natureza e de estar submetida às dinâmicas e processos naturais” [6].

Por este mesmo caminho, Swyngedouw [7] ratifica que “a cidade e o processo urbano são uma rede de processos entrelaçados a um só tempo humanos e naturais, reais e ficcionais, mecânicos e orgânicos (...) a cidade é, ao mesmo tempo, natural e social, real e fictícia”. Nesse sentido, o autor ainda estimula a pensar a cidade como uma “coisa” híbrida socionatural, cuja sociedade e natureza, ao invés de separadas, são mutuamente integradas, infinitamente ligadas e simultâneas (Figura 1). Um exemplo utilizado por Spósito [6] para referir-se à esta relação, envolvendo a cidade com as dinâmicas e processos constitutivos da natureza, está na “diminuição da cobertura vegetal, como condição para a densidade construtiva que caracteriza a cidade, e a reinvenção da vegetação, sob a forma de paisagismo, como adorno de uma cidade em busca de um passado natural”. Se observarmos tal exemplo através de nossa empiria, percebemos que os processos de “diminuição da cobertura vegetal” e a sua “reinvenção” não somente ocorrem, como são atrelados ao processo de urbanização da cidade do Rio de Janeiro sob claras evidências de regras e princípios capitalistas.

Figura 1 – O espaço urbano justaposto e sobreposto às características físico-ecológicas da cidade do Rio de Janeiro



Fonte: http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairros Cariocas/index_cidade.htm

Assim, por meio desta passagem, constatamos o entrelaçamento entre o social e o natural expressa na cidade, assim como, o “trabalho” de acumulação do capital através de processos ecossistêmicos, ao alterá-los e reformulá-los. Sob a égide capitalista, a cisão sociedade-natureza predomina em demasia, chegando a considerar a cidade, uma não-natureza na medida em que ela “é uma das expressões materiais mais contundentes da capacidade social de se apropriar da natureza e transformá-la e, por isso, ela é vista como contraponto da própria cidade” [6]. Assim sendo, a apropriação e a transformação da natureza, nesses termos, se fundamenta na sua mercadificação, ou seja, num recurso a ser dominado e explorado de formas e escalas variadas em benefício de algumas “poucas localidades seletivamente escolhidas e no âmbito de uns poucos estratos restritos da população” [8].

A natureza mercadificada

A natureza é então mercadificada como um recurso econômico diferenciado diante da competição de mercado entre cidades. A mercadificação da natureza, por sua vez, é uma concepção social possível construída sobre a natureza, transformando-a num produto e numa mercadoria valorizada socialmente cujo valor de uso é determinado pelo valor de troca. Aliás, a própria idéia de natureza é também uma construção social que, de uma forma geral, é limitada as materialidades “naturais” expressas no espaço como florestas, montanhas, rios, etc. Estes exemplos acabam por ser valorizados e utilizados pelo mercado imobiliário ao agregar o “verde” ao empreendimento, pelo Estado na construção de imagem cidadina de belas paisagens turísticas, pelos moradores dos bairros ao contribuir na construção (histórica) das diferenças espaciais urbanas. É assim que o valor de uso e o valor de troca dos “bens naturais” começam a ser determinados para o padrão de vida urbana e sob as leis do mercado, de acordo com as estratégias imobiliárias apoiadas pelo Estado.

Em conseqüência da apropriação privada, a natureza deixa de ser um bem livre, disponível a todos, e passa a ser regido por leis de propriedade, o que vai reforçar ainda mais as desigualdades sociais [4]. Isso representa na prática uma faceta da apropriação capitalista dominante que é, por excelência, “destrutiva, gerada por uma racionalidade produtiva antinatura” [9], sendo por isso fundamentada na prevalência da razão e na separação entre sujeito (homem) e o objeto (natureza). Tal racionalidade adotada por governanças locais,

empresas privadas, etc., transforma a natureza, tal qual o espaço, em mercadorias e os põem à venda dilacerados, em concepção e em concretude, no mercado capitalista global. Através da competição intercapitalista a apropriação privada da natureza e, conseqüentemente, da cultura concernente, obtém uma valoração em tensão: um valor de troca coexistindo com um valor de uso, sendo este, subjogado, o meio pelo qual aquele se realiza sobredeterminadamente¹. A lógica permanece hegemônica por ter a legalidade jurídico-política da propriedade privada garantida pelo Estado e a suposta legitimidade fomentada pela ideologia e pela sujeição mercadificante do circuito econômico de valorização capitalista.

A natureza no empreendedorismo urbano: um recurso estratégico na concorrência intercapitalista de moldes neoliberais

Nessa cidade que perfaz-se como “híbrida” e preenchida por contradições da vida urbana cotidiana ocorre a apropriação e a valorização da natureza como recurso estratégico na concorrência capitalista interurbana de moldes neoliberais, isso no que diz respeito a cidade do Rio de Janeiro no “Mundo” e a reverberação dessas práticas nas interações inter e intra bairros.

Como toda atividade social possui uma dimensão espacial, conseqüentemente ela é localizada em algum lugar, em algum bairro – sob alguma delimitação político-administrativa. Por exemplo, a atividade turística incentivada e promovida pela Prefeitura Municipal é realizada em diferentes bairros da cidade, ainda que em sua maioria se concentrem na Zona Sul, principalmente aqueles que realcem a “obra-prima incomparável” que é a cidade, assim reunindo a arquitetura histórica, serviços urbanos modernos, “os cariocas com seu bom humor” e a natureza, “um espetáculo único no mundo” (RIOtur)². Ou seja, está profundamente entrelaçado às condições que locais concretos e singulares “têm a oferecer” em termos de materialidades sociais e naturais exploráveis, mercado de trabalho, agentes produtores (privados) do espaço que apóiem a iniciativa ou que tenham a iniciativa de promoção da cidade, do bairro (leia-se, geralmente, do seu “negócio”).

Nesse sentido, trabalhar a cidade no jogo da competição intercapitalista, significa trabalhar os bairros, os lugares inseridos desigualmente nesse jogo, ainda mais em tempos de globalização em que as interações entre o “Mundo” e o lugar se intensificam cada vez mais, atravessando escalas e instituições políticas territoriais, como o Estado-nação (o que de forma alguma pressupõe a sua abstinência na decisões, nas participações e na estruturação das condições atuais do cenário mundial). A resultante, sob a égide das relações capitalistas, é a acentuação de maneira desmedida do desenvolvimento geográfico desigual entre países, regiões, cidades e lugares na medida em que “os fluxos de capital encontram alguns terrenos mais fáceis de ocupar do que outros em diferentes fases de desenvolvimento”, o que representa “os jogos políticos de poder” que “se interligam com a posição no mercado numa estrutura mutável de relações espaciais que privilegia, por sua vez, certas localizações e certos territórios para a acumulação capitalista” [8].

Isso diz respeito a reestruturação em andamento nas distribuições geográficas da atividade humana e da dinâmica político-econômica do desenvolvimento geográfico desigual, cujos processos ligados ao urbano vêm desempenhando um papel preponderante [11]. As bases que dão fundamento às mudanças, que conjugam a reestruturação e os processos urbanos e a elevação da participação do local, se sustentam na associação de duas dinâmicas intensificadas a partir das quatro últimas décadas do século XX: a) com a recessão de 1973, as economias capitalistas enfrentavam um processo de desindustrialização, de desemprego

¹ “O capital define ‘útil’ e ‘utilidade’ em termos de *vendabilidade*: um imperativo que pode ser realizado sob a hegemonia e no domínio do próprio *valor de troca*” [10].

² Informações encontradas no site oficial do órgão responsável pelo turismo na cidade do Rio de Janeiro: <http://www.rio.rj.gov.br/riotur/>, acessado em 16/07/09.

'estrutural', de austeridade fiscal, tanto ao nível nacional quanto local, e tudo isso ligado a uma tendência ascendente à racionalidade do mercado e à privatização; b) “a diminuição dos custos de transporte e a conseqüente redução das barreiras espaciais para o movimento de bens, pessoas, moedas e informações” realçou “a importância das qualidades do local” e “fortaleceu consideravelmente o vigor da concorrência interurbana para o desenvolvimento capitalista (investimentos, empregos, turismo, etc.)” [11]. Dessa forma, com a ascensão da participação do governo urbano local, as negociações diretas entre este e o capital privado externo, no âmbito da concorrência de mercado, se apresenta como alternativa ao enfrentamento das dificuldades econômicas e financeiras do Estado, “não restando outra saída” a não ser fazer o “possível para maximizar a atratividade do local como chamariz para o desenvolvimento capitalista” [11].

Segundo o autor, esse é o contexto que desencadeia a mudança do administrativismo para o empreendedorismo urbano nos países capitalistas ditos “avançados”, porém, assim como é conhecida a repercussão negativa da mencionada reestruturação nas economias de países “periféricos” e “semiperiféricos” de economia capitalista, também é nítida a influência e a disseminação mundial de certas características e princípios dessa mudança em cidades como o Rio de Janeiro. Tais regras e princípios uma vez engendrados na sociedade capitalista, isto é, nas práticas sociais entre empresas, Estado, grupos e indivíduos sociais, constituem num arcabouço teórico e prático denominado de neoliberalismo.

No tocante ao Estado, elemento fundamental à reestruturação de caráter neoliberal, “deve favorecer direitos individuais à propriedade privada, o regime de direito e as instituições de mercados de livre funcionamento e do livre comércio [12], e caso seja necessário, para o cumprimento desses “direitos” e condições, deve fazer uso de seu “monopólio dos meios de violência para preservar a todo custo essas liberdades”. Nesse sentido, “a competição – entre indivíduos, entre empresas, entre entidades territoriais (cidades, regiões, países, grupos regionais) – é considerada a virtude primordial” [12] que também deve ser preservada a qualquer preço através da incessante reorganização interna (a destruição e reconstrução da paisagem geográfica) e de novos arranjos institucionais, tendo como uma possível conseqüência a oportunidade de melhoria da posição na competição do mercado global, baseada, aliás, na redução de barreiras e fronteiras ao movimento do capital e de mercadorias. Isso no que se refere a teoria do neoliberalismo, pois na prática é cheio de contradições concernentes a desvios do próprio modelo, muito em virtude da aplicação específica que varia significativamente de lugar para lugar e de época para época [12]. Todavia, de uma maneira ou de outra, total ou parcialmente, o objetivo caminha em geral pela mesma direção: criar um “clima de negócios favorável” às empreitadas de agentes capitalistas com capitais de origens diversas no espaço. À alentada mobilidade geográfica de fluxos de capitais, o empreendedorismo vem a complementar a dinâmica na escala local a partir da “sugestão” ou imposição da mudança de posturas, de objetivos e de estratégias por parte da governança urbana local.

O espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro e a natureza: uma ligação via mercadificação

É em torno dessas questões que nos debruçamos, envolvendo assunção do empreendedorismo (ou pelo menos traços dele) no espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro. Para tanto, concordamos com Harvey [11] quando assinala que a urbanização é “um processo social espacialmente fundamentado, no qual um amplo leque de atores, com objetivos e compromissos diversos, interagem por meio de uma configuração específica de práticas espaciais entrelaçadas”. A relevância dessas palavras no momento, sem entrar no mérito de uma discussão teórica acerca da urbanização, está em trazer para o primeiro plano a complexa relação de processos sociais e urbanos entrelaçados por práticas espaciais provenientes de

uma miríade de agentes que resultam na objetivação de “formas construídas, espaços produzidos”, de “determinados arranjos institucionais, formas legais, sistemas políticos e administrativos, hierarquias de poder, etc.” e de “um ambiente da experiência, do qual nascem as percepções, as leituras simbólicas e as aspirações” [11]. Em síntese, exterioriza um cenário complexo, aberto e multidimensional em que tais processos se desenrolam alicerçados por práticas espaciais. O próprio termo de governança local, exposto anteriormente, busca explicitar isso na medida em que não se trata apenas do governo local, mas deste em imbricação com diversos outros agentes sociais em tensão com poder suficiente para organizar o espaço, a ponto de facilitar e coordenar ou mesmo não aceitar, por exemplo, um projeto em prol do empreendedorismo. Assim, em decorrência da conflituosidade inerente ao embate de forças sociais, pode ser que leve por um caminho de coalizão política de classes, por exemplo, “a formação da aliança de classes, como base para algum tipo de empreendedorismo urbano” [11].

Aliás, a governança local susceptível (engajada ou desmobilizada) se configura como uma das variáveis internas nas quais o externo necessita para se realizar no bojo de uma competição interurbana capitalista, ainda que as vantagens ao local sejam rarefeitas ao econômico e retroalimento o desenvolvimento geográfico desigual. Nesse sentido, Harvey [11] constata que “difícilmente, na atualidade, desenvolvimento algum em larga escala acontece sem que o governo local (ou a coalizão mais ampla de forças que constitui a governança local) ofereça, como estímulo, um pacote substancial de ajuda e assistência”.

Tendo em vista essa iniciativa local em prol da atração de investimentos, verificamos a atividade turística como estratégia para a cidade do Rio de Janeiro se inserir diferencialmente na competição interurbana no que tange à “divisão espacial de consumo” [11]. E o faz através da marcante presença material e imaterial da natureza, da supervalorização do verde na paisagem urbana da cidade. Dentre suas principais atrações turísticas, conhecidas internacionalmente, destacam-se o Pão de Açúcar, o Corcovado, o Parque Nacional da Tijuca, Santa Teresa etc. A citação a seguir ilustra bem essa faceta “paradisiaca” da cidade:

“Deus é um artista. E o Rio, a sua obra-prima. A primeira pincelada foi azul: o mar. *A tinta verde espirrou na tela e se espalhou por uma grande área: a floresta* [Figura 2]. Depois vieram as montanhas e mais água correndo por elas: as cachoeiras” (RIOtur) (grifo nosso).

Ela indica também, corroborado pela foto abaixo, a tentativa de vender a cidade como um local com uma imagem atraente e inigualável [11]. Dessa maneira, descortina a “emergência da cidade-mercadoria” que “sinaliza um novo patamar no processo de mercantilização do espaço, produto do desenvolvimento do mundo da mercadoria, do processo de globalização em sua dimensão político-econômica e da realização do capitalismo em sua fase atual” [13].

Figura 2 – A estátua do Cristo Redentor encravada no alto do Corcovado e em meio a “maior floresta urbana do planeta” (a Floresta da Tijuca): um dos pontos turísticos em que se ressalta a presença do verde no espaço urbano



Fonte: Acervo pessoal

Logo, a cidade, além de parecer atraente, deve parecer um lugar inovador, estimulante, criativo e seguro para se viver ou visitar, para se divertir e consumir [11]:

Só o carioca tem o privilégio de voltar do trabalho pela orla da praia, com o sol morrendo atrás do Morro Dois Irmãos, para nascer depois, ainda mais bonito, no Arpoador. E quando chega o fim de semana, pode escolher entre 83km de praias e centenas de cachoeiras para passear e se refrescar. Ou caminhar na Lagoa, saltar de asa-delta, velejar, escalar uma montanha. Tudo isso sem ir para longe de casa (RIOtur).

Nas entrelinhas da imensa difusão da atividade turística na sociedade contemporânea, evidencia-se a mudança de sentido em relação ao lazer que, de “atividade espontânea”, ligada a busca “original como parte de cotidiano”, passa a ser “cooptado pelo desenvolvimento da sociedade de consumo”, transformando “tudo que toca em mercadoria” e o próprio lazer enquanto uma nova necessidade [14]. Nesse sentido, a captura do tempo livre orientado ao consumo dirigido do espaço está no âmago do processo de expansão das relações sociais capitalistas que

produziu setores novos transformando o que preexistia, revolvendo de cabo a rabo as organizações e as instituições correspondentes. É o que se passa com a “arte”, com o saber, com os “lazers” com a realidade urbana e a realidade cotidiana. Este vasto processo, como sempre, reveste-se de aparências e mascara-se com ideologias [14]. (grifo do autor)

Assim sendo, no caso específico do Rio de Janeiro, a criação de uma imagem *naturalmente* bela e repleta de momentos de lazer e de consumo nos interstícios da vida urbana.

O espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro e a natureza mercadificada: uma ligação imbuída de contradições

A criação desta forma de ver a paisagem, como sendo ainda uma extensão do urbano, faz parte das estratégias de potencializar a eficiência econômica, introduzindo formas modernas de dominação e técnicas de manipulação cultural [15] por parte do Estado e dos agentes imobiliários, na tentativa de vender a imagem de uma cidade bem administrada e detentora de belezas naturais. Na prática são estratégias que visam “capitalizar a natureza e ecologizar a ordem econômica” [9]. Contudo, ao tentar se inserir frente às novas demandas do capital, a cidade se homogeneiza para se heterogeneizar, ou seja, entra nos padrões de cidades européias, ditas sustentáveis, e simultaneamente, se diferencia das outras cidades que não se encaixam nestas condições, atraindo por isso mais investimentos e turistas provenientes desse status. Se bem que, mediante ao acirramento da competição interurbana, tais vantagens no conjunto da cidade se tornam efêmeras na medida em que são imitadas rapidamente por outros lugares³ [11]. Ainda por esta via de análise, a cidade como *city marketing*, no sentido colocado por Sanchez [15], representaria uma marca, uma imagem de sustentabilidade, atribuindo valor a esta condição, daí ocorrendo um processo de fetichização da própria cidade enquanto mercadoria, uma dissimulação por fingir não ter o que tem, isto é, esconder as contradições e conflitos existentes intrínsecos à produção do espaço social; assim também simulando, ao fingir ser o que não é. O que nas palavras de Jean Baudrillard [8] condiz com a ascensão da economia política dos signos e do espetáculo em oposição à economia política da reprodução da materialidade direta. Em síntese, faz parte da “tentativa de criar uma imagem física e social” da cidade cuja finalidade maior é competir [11].

Na busca de criar uma imagem sustentável para o consumo turístico, a cidade – leia-se: o permanente confronto de agentes sociais imbuídos por interesses econômicos e políticos – produz uma idéia a ser assimilada e consumida, enquanto uma necessidade criada, pelos turistas e até mesmos pelos próprios cariocas de uma “perfeita harmonia” entre a natureza e a sociedade. Um bom exemplo desse “consumo do consumo” [17] pode ser visualizada na seguinte passagem:

foi aí que nasceram os cariocas com seu bom humor: quando o asfalto chegou, a paisagem não mudou. Afinal, o Rio tem a maior floresta urbana do planeta. De sua área total, 18% é puro verde” (RIOtur).

A imagem simulada esconde e revela as contradições dissimuladas: esconde porque fantasia a realidade a um movimento harmônico e revela enquanto tal, ao não condizer com a realidade concreta. Souza [18] argumenta de forma perspicaz que a cidade, admirada por suas “amenidades naturais e estética da paisagem”, sofreu ao longo de sua história maciças intervenções, “freqüentemente com resultados nefastos”, resultando, contraditoriamente, no solapamento gradual de sua beleza e sua atratividade.

Ainda no que tange às contradições dissimuladas, a adoção de uma política urbana em direção ao empreendedorismo urbano não fomenta necessariamente o bem-estar da sociedade através do mercado, como é propagandeado pelo discurso neoliberal, ao contrário, contribui em muitos casos “para aumentar as diferenças de riqueza e de renda, assim como para ampliar o empobrecimento urbano” [11]. Uma justificativa para isso está no fato de as relações de competição, encaixadas na lógica de desenvolvimento geográfico desigual capitalista, pressuporem uma assimetria (uma hierarquia político-econômica) entre as partes, entre aquele que detém o capital para investir e aquele que necessita (entre uma empresa e uma cidade, entre um investidor e uma localidade, um bairro, etc.). Assim, “a competição parece funcionar não como uma mão oculta benéfica, mas sim como uma lei coerciva externa, impingindo o

³ “Tal mania aparece como uma necessidade na medida em que estamos sempre olhando para fora, buscando comparar e, o que é ainda mais grave, para imitar” [16].

menor denominador comum relativo à responsabilidade social e à oferta de bem-estar num sistema urbano organizado de modo competitivo” [11].

Diante de tais relações de conteúdo assimétrico que, por conseguinte, homogeneíza, fragmenta e hierarquiza toda a sociedade no mercado capitalista, do Mundo aos lugares, da cidade aos bairros, algumas localidades se destacam, sobressaindo-se, enquanto outras (digase de passagem a maioria) ficam à deriva de movimentos de desvalorização e de empobrecimento por não conseguirem se “adaptar”, ou seja, reforçando as assimetrias e desigualdades já existentes. “No contato com o mercado capitalista mundial algumas formações sociais adaptaram-se para se inserir agressivamente nas formas capitalistas de troca de mercado, ao passo que outras não o fizeram, por uma ampla gama de motivos, o que teve conseqüências supremamente importantes” [8].

As circunstâncias de “sucesso” ou não envolvendo as formações sociais podem ser expressas nas relações entre cidades. Isto é, a cidade do Rio de Janeiro se destaca no cenário internacional e nacional como um ponto turístico, valoriza as comodidades da vida urbana associadas às “belezas naturais incomparáveis”, o que, como vimos, não significa uma repartição equânime dos investimentos obtidos com a atividade turística, afinal de contas parte importante já é retida como lucro da iniciativa privada, ao passo que outra é arrecadada como imposto gerido pelo Estado. Nessa perspectiva, a explicação de que esses recursos, através da arrecadação de impostos, serão convertidos à todos os cidadãos da cidade, não se sustenta ou pelo menos se torna questionável na medida em que, historicamente, o poder público à vista de todos beneficia (na aplicação dos recursos públicos, na manutenção ou na criação de equipamentos urbanos, no atendimento às necessidades e reivindicações individuais e coletivas) os bairros pertencentes à Zona Sul⁴.

Assim, a mesma desigualização vista no âmbito internacional, entre entidades territoriais (como cidades), pode ser observada nas próprias cidades na medida em que determinados bairros e lugares, indivíduos e grupos sociais, são privilegiados. Harvey [11] percebe que os projetos baseados no empreendedorismo urbano são geralmente pontuais em um determinado lugar, e tendem a concentrar o foco da opinião pública e política, chegando, inclusive, a desviar a atenção e até recursos de problemas mais amplos que afetam o território como um todo. Sinteticamente, argumenta que “o novo empreendedorismo urbano se apóia na parceria público-privada, enfocando o investimento e o desenvolvimento econômico, por meio da construção especulativa do lugar em vez da melhoria das condições num território específico, enquanto seu objetivo econômico imediato (ainda que não exclusivo)”.

Em se tratando de nossa empiria, grande parte dos pontos turísticos em que se ressalta a “natureza incomparável”, ou seja, o amplo processo de capitalização da natureza e ecologização da ordem econômica, encontram-se nas áreas nobres da cidade do Rio de Janeiro, na Zona Sul, assim como são as mesmas que recebem uma maior atenção e recursos públicos e privados, ainda que isso também ocorra de forma pontual e desigual.

Assim, a mesma desigualização, muitas vezes fomentada e alicerçada pelo Estado, vista no âmbito da cidade, entre “zonas” e bairros, pode também ser contemplada no âmbito dos bairros, entre lugares, áreas abastadas ao lado de favelas, por exemplo. O que contribui de sobremaneira para o processo de diferenciação espacial sob a hegemonia dos ditames capitalistas.

⁴ Inclusive, as favelas desta região recebem uma “maior atenção” devido a sua localização privilegiada já que qualquer problemática social ou ambiental ou ação do poder público tem uma repercussão da mídia e das classes dominantes muito grande comparativamente à outras regiões, vide a construção de muros no entorno de favelas no intuito de preservar a floresta, denominados de ecolimites, e a ocupação policial permanente através da expulsão de narcotraficantes da localidade. Ambos os exemplos referem-se a favela do Dona Marta no bairro de Botafogo, Zona Sul.

Não de outra maneira, o fortalecimento da competição de mercado tende a consequências degradantes e práticas coercitivas que

inclui impactos regressivos na distribuição de renda, volatilidade da malha urbana e a efemeridade dos benefícios trazidos por muitos projetos. A concentração no espetáculo e na imagem, e não na essência dos problemas sociais e econômicos também pode se revelar deletéria a longo prazo, ainda que, muito facilmente, possam ser obtidos benefícios políticos [11].

Intentamos demonstrar, dessa forma, que mesmo cidades, como é caso do Rio de Janeiro baseada em uma imagem de supervalorização do verde, de “sucesso” no interior da competição capitalista interurbana pode camuflar problemas sociais e ecológicos sérios, fazendo com que se perpetue a (re)produção da existência no espaço de lugares, de ilhas, com imensa concentração de riqueza circundados por um mar dilacerante de pobreza e injustiça social. Apenas para ratificar, é como se houvesse alguns poucos espaços luminosos cercados por um mar de opacidade. E além de escamotear problemas (e as interações) socioecológicas, possibilita a reprodução dessas práticas competitivas de mercado, imbuídas de suas contradições, nas interações intra-urbanas, ou seja, entre bairros e intra-bairro, em meio a ordem próxima; meio pelo qual, aliás, a ordem distante se realiza através de práticas de mercadificação generalizadas da sociedade (do espaço e da natureza) que, por conseguinte, dão suporte ao iníquo desenvolvimento geográfico desigual e à acumulação capitalista.

Considerações finais: das consequências da mercadificação às oportunidades de contestação

A ênfase à mercadificação do espaço, das particularidades e diferenças, das materialidades sociais e naturais, etc., ou seja, a imposição da troca ao invés do “lado qualitativo do uso”, nos leva à ignorância e à destruição da heterogeneidade imanente a cada lugar, assim como, à (re)produção das desigualdades sociais concretizadas pelas segregações espaciais. As materializações dessas práticas sociais históricas, desiguais, contraditórias e conflituosas no espaço são evidenciadas por imensas disparidades na cidade, cuja expressão mais latente é ter mansões de luxo e condomínios fechados auto-segregados, ao lado de grandes extensões de favelas segregadas.

Inclusive, segundo Fuks [19], “a participação opaca, intermitente e desorganizada desses setores da população não assegura condições para que as suas demandas e a sua visão acerca do meio ambiente adquiram o grau de visibilidade necessário para a participação nas arenas de debate e ação públicas”. Dessa forma, no caso específico do Rio de Janeiro,

as reivindicações por qualidade de vida associam-se a temas como a “ideologia pura da ordem”, a “ameaça das habitações populares” e a “conservação x expansionismo imobiliário”, configurando os principais pacotes interpretativos veiculados pelos setores que reúnem condições de participação nas arenas de ação e debate públicos: o Estado e setores organizados das classes média e alta. A ausência, nos litígios ambientais, de segmentos significativos da população e a pouca visibilidade de “novos atores” são obstáculos à elaboração de uma maior variedade de versões para o meio ambiente enquanto problema social [19].

Daí a importância dos agentes sociais, principalmente aqueles mais pobres e favelados, que possuem (muitos *sem saber*) um poder para controlar a degradação do ambiente ao construir uma conscientização coletiva e ecológica de respeito mútuo que contemple, ao mesmo tempo, suas visões sobre o meio ambiente e suas demandas por uma maior qualidade de vida no contexto da cidade do Rio de Janeiro. Em outras palavras, uma consciência ecológica, manifestada, por exemplo, através de reivindicações, abre circunstâncias *sui generis* ao ser ao mesmo tempo uma ação política. A consciência ecológica pode *vir a ser* uma consciência

política e a partir daí a ação pode transbordar à outras escalas do cotidiano e à outras esferas da sociedade.

Nesse sentido, vislumbra-se a importância da preservação e da conservação, de modo que a mercadificação não seja determinante dos elementos físico-ecológicos - por mais que partes consideráveis estejam em propriedades privadas – na medida em que são um bem natural que ultrapassa os limites reais imaginários jurídicos criados pela sociedade, ou seja, é um bem natural coletivo, cujos benefícios e malefícios de um determinando uso repercutirão sobre o todo, mesmo que de forma diferenciada.

Assim, apesar dessa aparente encruzilhada, em que a dominação da natureza pelo capital se torna cada vez mais intensa, baseada nas relações de poder, é possível buscar uma alternativa justamente a partir da consideração do espaço de resistência, de descoberta e não só de alienação [20], pois não são todos os agentes sociais e nem em todos os momentos que há esta concepção alienada. Não obstante, é na própria sociedade que a contestação surge: “é *na* sociedade e *na* história que aparece a subjetividade reflexiva e deliberante e o sujeito político, enquanto ele se opõe aos indivíduos que são simplesmente conformes à instituição de sua sociedade” [21].

Referências Bibliográficas

- [1] LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 3 ed. São Paulo: Centauro, 2004. p. 145.
- [2] LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. 1 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. 190 p.
- [3] VAINER, Carlos Bernardo. **As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local?**. In: IX Encontro Nacional da ANPUR, 2001, Rio de Janeiro. Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR - Recife: ANPUR, 2001. v. 1. p. 140-151.
- [4] SANTANA, Paola Verri de. A mercadoria verde: a natureza. In: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. L. (orgs.) **O espaço no fim de século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999.
- [5] HARVEY, David. Notas hacia una teoría del Desarrollo Geográfico Desigual. **Cuadernos de Geografia**, Geobaires. UBA-FFyL. p. 18 – 54, mayo 2007.
- [6] SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. Sobre o debate em torno das questões ambientais e sociais no urbano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges. (orgs.) **DILEMAS URBANOS: novas abordagens sobre a cidade**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2003. 430 p.p. 358-363.
- [7] SWYNGEDOUW, Erik. A cidade como um híbrido. In: ACSELRAD, Henri. (org.) **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. 1 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 237 p.p. 84-104.

- [8] HARVEY, David. **Espaços de esperança**. 1 ed. São Paulo: Loyola, 2004. 382 p.
- [9] LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2004. 494 p.
- [10] MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. 1 ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. 1103 p.
- [11] HARVEY, David. Do administrativismo ao empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio. In: HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2006. 251 p.p. 163-190.
- [12] HARVEY, David. **O neoliberalismo: histórias e implicações**. 1 ed. São Paulo: Loyola, 2008. 249 p.
- [13] SANCHEZ, Fernanda. O urbano no mundo da mercadoria. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges. (orgs.) **DILEMAS URBANOS: novas abordagens sobre a cidade**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2003. 430 p.p. 410-412.
- [14] PADOVANI, Eliane Guerreiro Rossetti. A cidade: o espaço, o tempo e o lazer. In: GERARDI, Lucia Helena de Oliveira. (Org.). **Ambientes: estudos de Geografia**. 1 ed. Rio Claro: UNESP, 2003. 252 p. p. 171-184.
- [15] SANCHEZ, Fernanda. A (in) sustentabilidade das cidades-vitrine. In: ACSELRAD, Henri (org.) **A Duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. 1 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 237 p.p. 155-175.
- [16] SANTOS, Milton. Por uma epistemologia existencial. In: Congresso da Sociedade Latino-americana de Estudos sobre a América Latina e Caribe. 5, 1996, São Paulo. **Conferência no V Congresso da Sociedade Latino-americana de Estudos sobre a América Latina e Caribe**. São Paulo: USP, 1996. p. 19-26.
- [17] BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. 2 ed. Edições 70. 2007. 216 p.
- [18] SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O desafio metropolitana: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras**. 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. 366 p.
- [19] FUKS, Mario. **Arenas de Ação e Debate Públicos: Conflitos Ambientais e a Emergência do Meio Ambiente enquanto Problema Social no Rio de Janeiro**. Disponível nainternet.
http://www.scielo.br/scielo.phpscript=sci_arttext&pid=S0011-52581998000100003&lng=es&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 30 mar. 2007.
- [20] MIRANDA, Ana Luisa. Cotidiano, ação e poder. In: Anais do **VI Congresso Brasileiro de Geógrafos**. Goiânia: UFG, 2004.
- [21] CASTORIADIS, Cornelius. A criação histórica e a instituição da sociedade. In: CASTORIADIS, Cornelius et al (org.). **A Criação Histórica**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1992.